Algodão — abertura para o grande produtor

A safra é a menor da história e deveremos gastar nada menos que US$1 bilhão com a compra de 500 mil toneladas da fibra em pluma no exterior. A crise no setor produtivo tradicional persiste e a lavoura, por essa mesma razão, passa a interessar ao grande produtor capitalizado e disposto a investir pesado em tecnologia.

Há muito tempo vem sendo divulgada na mídia a grave crise da cotonicultura nacional. A desestruturação da atividade tem reflexos sócio-econômicos bastante graves: toda a cadeia têxtil é altamente geradora de emprego e a lavoura representa uma das poucas opções de cultivo para pequenos estabelecimentos agrícolas em todo o país.[1] Para se ter uma idéia, no estado do Paraná, tradicionalmente o maior produtor do país e que hoje já está perdendo posição para Goiás, em 1992 (ano de safra recorde), somente no campo, havia cerca de 235 mil trabalhadores rurais ocupados. De acordo com o Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral), hoje apenas 21 mil pessoas continuam trabalhando na lavoura do estado. Essa instituição estima que cada três hectares da lavoura de algodão possibilita a ocupação de uma pessoa. Com o decréscimo dramático da área de plantio no estado, sobretudo nos últimos anos (a área cultivada em 1997 é a menor da história: 63 mil hectares, 66% a menos que no ano anterior e ainda bastante inferior aos níveis da década de 50!), pode-se dar conta do sério problema social gerado com o desmonte da atividade.

O produtor de algodão paranaense é tradicionalmente pequeno: sua área média fica em torno de sete hectares. Nas regiões naturalmente aptas ao cultivo, as únicas opções para esse agricultor são a mandioca e a pastagem. Muitos desistiram da atividade agrícola, hoje são sem-terra ou migrantes dos centros urbanos. Muitos municípios cujas economias giravam em torno do algodão, como Goio-Erê, hoje estão em crise.

Em termos nacionais, vale a pena observar os números: em 1970, o algodão ocupava 4,2 milhões de hectares, número que decresceu paulatinamente até atingir 938 mil hectares na safra atual, a menor área da história. A produção em 1997 também é a menor da história: 355 mil toneladas de algodão em pluma (para uma demanda estimada em 900 mil toneladas). Situação paradoxal quando se considera a vasta área anteriormente plantada, a quadruplicação da produtividade obtida nesses anos (que possibilitou amortecer um impacto negativo, que teria sido muito maior sobre a produção em igual período) e o fato de termos sido grande exportador mundial da fibra.[2]

Mudanças na política comercial são realmente mudanças?

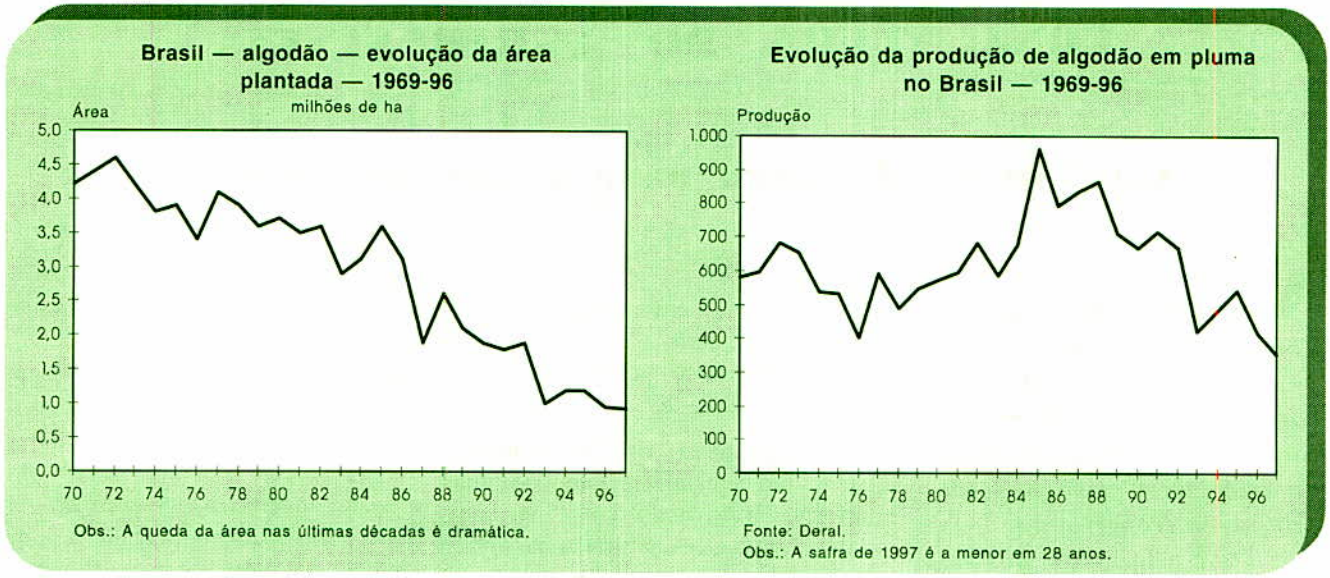
As raízes para a crise do setor algodoeiro já são bastante conhecidas. Além das baixas cotações que os produtores enfrentaram tanto no mercado interno quanto no externo, o processo de abertura comercial iniciado no governo Sarney e acelerado no governo Collor foi fatal para a cotonicultura nacional.[3] A estrutura tarifária foi totalmente reformulada a partir do final da década de 80. A tarifa do imposto de importação de algodão em pluma caiu de 55% em 1986 para 15% em 1988 e foi finalmente zerada a partir de 1990, o mesmo acontecendo com as demais matérias-primas têxteis, como a lã bruta, a seda, o rami, o linho e o sisal. A desigualdade de prazos e juros entre o algodão importado e o nacional, como se sabe, foi um duro golpe para o setor primário. O fechamento do câmbio (troca de reais por dólares) para o pagamento das importações era feito no final do período de financiamento, em prazos muitas vezes extremamente dilatados, que variavam em até 360 dias.

Reivindicações de setores prejudicados pela abertura culminaram com a publicação, no final de março, da Medida Provisória nº 1.569. Em resumo, a MP passa a exigir dos países extra-Mercosul, nas compras acima de US$10 mil, que a quitação do contrato de câmbio seja feita na ocasião da entrada do produto, ou seja, as importações anteriormente financiadas em até 360 dias passam a ser pagas à vista. Tais restrições quanto aos prazos de pagamento das importações se estenderam num primeiro momento também aos países do Mercosul, o que repercurtiu mal e provocou um início de crise comercial entre esses países e o Brasil, sobretudo por parte da Argentina. O governo cedeu e alterou algumas disposições da MP, estabelecendo um valor teto de isenção das restrições até US$40 mil para as transações com o Mercosul.

[1] Magalhães, José Sérgio Baima. *Cotonicultura brasileira: alerta geral.* Estatísticas do mercado físico de algodão. Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo, 1997.

[2] *Agroanalysis, 16* (9), set. 1996.

[3] *Agroanalysis, 15* (4), abr. 1995.



Efeitos concretos da medida

Todos sabemos que a publicação da medida provisória por si só não é suficiente para resolver a crise no âmbito agrícola, uma vez que somente superando os entraves estruturais inerentes à produção é que a lavoura poderá iniciar um processo de recuperação, o que na atual realidade brasileira é improvável.

Um pequeno detalhe que a medida provisória não contempla deixa antever o que de fato poderá vir a ocorrer: as restrições quanto ao financiamento das importações não fazem referência a prazos acima de 360 dias. Em outras palavras, compras com prazos acima de 365 dias, por exemplo, podem continuar a ser pagas nas condições anteriores. Ora, isso torna a medida restritiva aplicável apenas aos pequenos importadores, e passa a haver uma seleção favorável aos grandes grupos, cujo poder de fogo é suficiente para viabilizar transações comerciais com prazos acima de 360 dias.

Para a indústria têxtil, a medida provisória vai representar uma pressão sobre seus custos no curto prazo, podendo haver aumento nos preços ao consumidor. Segundo fontes do setor, as indústrias de pequeno e médio portes sofreriam um baque, já que as grandes teriam condições de importar com prazos de financiamento superiores a 360 dias. Por outro lado, a medida vem beneficiar a indústria do produto acabado (fio, tecido e confecção), uma vez que esses produtos também foram incluídos na proteção.

Do volume anual de fibras consumidas pela indústria têxtil, o algodão representa 65% do total. Os 35% restantes ficam divididos entre fibras sintéticas e naturais como linho, rami, juta e seda.

De acordo com o Sinditêxtil, o consumo de algodão em pluma em 1997 deverá atingir 900 mil toneladas, 50 mil a mais que a projeção feita pela Conab. Para fazer face a essa demanda, considerando que a produção brasileira total atinja 355 mil toneladas, terão de ser importadas cerca de 500 mil toneladas da fibra, um nível bem superior ao dos dois últimos anos e que consumirá, em reservas cambiais, nada menos que US$1 bilhão.

Não tão alardeado pela mídia é o processo de "modernização forçada" na cultura do algodão, a exemplo do que vem ocorrendo com o feijão. "Reforma agrária ao contrário", como comentou um técnico do governo, a atividade sai da mão de produtores rurais pequenos e descapitalizados e se incorpora ao grande segmento empresarial de produção, o único que consegue se viabilizar nas atuais condições de mercado.

Este ano, o desempenho da safra baiana foi destacado. De acordo com a Conab, a área de plantio crescerá 26% em relação ao ano anterior, passando de 141 mil para 178 mil hectares, enquanto a produção sobe de 31 mil para 56 mil toneladas do produto em pluma (80% de crescimento). Esta expansão se deve a investimentos de empresários rurais na cultura, explorada sob pivôs centrais e também no sistema sequeiro na região do oeste baiano. Os municípios que se destacam são Guanambi, Brumado e Barreiras. Na região do Vale do Iuiu, produtores capitalizados investem em tecnologia, beneficiados por projetos especiais — muitos pequenos e médios produtores também foram beneficiados — tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Geração de Empregos e Renda no Setor Rural no Nordeste do Brasil (Prorural) e o Programa de Aplicação dos Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Profate), recursos gerenciados pelo Banco do Nordeste (BNB) para execução do Programa de Recuperação da Lavoura Algodoeira do Estado da Bahia.

Confrontando os dados da Conab e os fornecidos pela empresa Agroindustrial Vale do Iuiu, sediada em Guanambi, Guanambi seria a mais importante região produtora da Bahia atualmente, uma vez que lá estão localizados cerca de 140 mil hectares plantados de um total de 178 mil no estado. Em Guanam-

Brasil — algodão em pluma — quadro de suprimento — 1991-97

mil t

Discriminação	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Oferta	859,3	851,8	997,8	1.011,3	989,7	933,5	967,1
Estoque inicial	36,4	16,9	76,4	160,9	170,4	133,5	111,9
Governo	0,0	0,0	10,5	2,6	3,5	5,6	21,2
Iniciativa privada	36,4	16,9	65,9	158,3	166,9	127,9	90,7
Produção	717,0	687,1	420,2	483,1	537,0	414,7	355,2
Centro-Sul	603,0	585,9	366,8	361,0	449,4	333,7	252,6
Norte/Nordeste	114,0	81,2	53,4	122,1	87,6	80,9	102,6
Importações	105,9	167,8	501,2	367,3	282,3	385,3	500
Demanda	842,4	775,4	838,9	840,9	856,2	821,6	860
Consumo interno	718,1	741,6	829,6	838,6	803,7	820,0	850
Exportações	124,3	33,8	7,4	4,3	52,5	1,6	10
Estoque final	16,9	76,4	160,9	170,4	133,5	111,9	107,1
Governo	0,0	10,5	2,6	3,5	5,6	21,2	15
Iniciativa privada	16,9	65,9	158,3	166,9	127,9	90,7	92,1
Meses de consumo	0,2	1,2	2,3	2,4	1,9	1,6	1,6

Fonte: Conab.

bi, no entanto, a maior parte da produção é de sequeiro, em grandes propriedades (de 3 mil até 20 mil hectares). Em anos normais, com o uso de sementes selecionadas (IAC-20, IAC-22, Delta Pine) e um grau médio de tecnologia, a produtividade alcança em média 100@/ha (neste caso, não muito diferente da obtida atualmente no Paraná, em pequenas propriedades, embora o custo de produção seja menor em função da mecanização).

A região Centro-Oeste também é uma nova fronteira de expansão da cultura.

Na dinâmica de retração e expansão nessas novas áreas, apenas um ou dois produtores individuais alteram significativamente o quadro da produção estadual quando entram ou saem da atividade. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, a saída de um único produtor individual nesta safra, o senhor Olacyr de Moraes, provocou uma queda de 45% na área final cultivada em relação à de 1996. Por sua vez, em Goiás, o Grupo Maeda controla cerca de 76% da área cultivada estadual (possui 22 mil hectares próprios e 42 mil em parceria).

Com topografia, clima e estrutura fundiária propícios, a região Centro-Oeste se mostra apta à expansão da agricultura empresarial, de alta tecnologia, permitindo a obtenção de produtividades satisfatórias (em torno de 2.300kg/ha de algodão em caroço), enquanto a média nacional está em torno de 1.500kg/ha. O Grupo Maeda consegue obter até 3.500kg/ha nas áreas irrigadas, e está investindo cerca de US$4 milhões na produção de sementes melhoradas em associação com os grupos Delta e Monsanto, criando a MDM (Maeda, Delta e Monsanto).

Mercado interno está melhor

As safras brasileira e paranaense são as menores da história e os preços recebidos pelos produtores responderam positivamente. No Paraná e Centro-Oeste, os preços atingem de R$8,00 a R$8,50/@, o que vem sendo considerado satisfatório por produtores e técnicos. A escassez de matéria-prima valorizou o produto novo, dando firmeza às cotações. Para se ter uma idéia da rentabilidade, pode-se também confrontar o custo variável da lavoura para uma produtividade média de 2 mil kg/ha, que está em torno de R$5,26/@ em Goiás, com o preço médio recebido atualmente em torno de R$8,20/@, o que dá um resultado de 56%.

Mercado externo

Os preços internacionais mantêm-se aquecidos com a perspectiva de estoques mundiais baixos. Atualmente, os contratos de mercado futuro de Nova York para maio e julho de 1997 estão fechados em torno de US¢73,00/lb-peso.

Em 1996, quando foram importadas 385,3 mil toneladas de algodão em pluma, os principais fornecedores para o Brasil foram Paraguai (22%), Usbequistão (15,6%), Argentina (11,4%), EUA (10,9%), Paquistão (4,5%) e outros países (35,6%). As importações de fios e linhas alcançaram 85,2t, ao custo de US$2 milhões, e as de tecidos, 4,8 mil toneladas, correspondentes a US$20,5 milhões de acordo com levantamento da Conab.

Com relação à produção mundial, permanece a tendência de consumo maior do que a produção. Na safra atual, a produção está sendo incrementada na Índia, no Paquistão e no México, devendo declinar na Austrália, na Grécia e no Brasil. A China e a Índia deverão aumentar o consumo e este decrescerá em Hong Kong. Os maiores exportadores deverão ser Paquistão, Índia e Usbequistão, e os grandes importadores, o Brasil, China e países da Comunidade Européia.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE